XVII | CONGRESSO DA APLOP

TEMA: Comité Técnico de Direito Portuário e Maritimo

APRESENTADO POR: Jose Luis Moreira da Silva (Coordenador)



APLOP
ASSOCIAÇÃO DOS PORTOS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Organização do Comité

Coordenação – Portugal (Jose Luis Moreira da Silva)
Coordenação Adjunto – Moçambique (Leonilde Loide Bazar)

Membros (23):

- Angola – EP Luanda; EP AboimCabinda; EP Soyo; Kwanda/Soyo;
- Brasil – Portos do Rio; Porto de Imbituba; ABEPH;
- Cabo Verde – ENAPOR;
- Moçambique – CFM; Portos do Norte;
- Portugal – APD Leixões; AP Lisboa; AP Setúbal; AP Sines;

Organização do Comité

Apelo a novos membros, principalmente de paises em falta:

- Guiné Bissau
- Guiné Equatorial
- São Tomé e Principe
- Timor Leste

Mas também a maior participação dos Portos do Brasil

Plano de Atividades 2027

PRINCIPAIS TEMAS

- Formação sobre Direito portuário e marítimo
- Informação sobre legislação de cada País membro e novidades legislativas
- Debate de temas relevantes
- Propostas legislativas harmonizadoras

Plano de Atividades 2027

FORMAÇÃO

- Webinares sobre temas específicos trimestrais

- Curso de Direito portuário da APLOP (à semelhança do que já se fez em Portugal, com a Fac Direito Un Lisboa), podendo ser feito em cada País membro, adaptado à realidade local
- Cursos de especialização para magistrados sobre direito portuário e marítimo

- Apoio às academias portuárias dos Países membros (protocolo com a Academia de Luanda)

- Apoio a publicação e divulgação de artigos

Plano de Atividades 2027

INFORMAÇÃO

- Fazer upload no site da APLOP da (i) tabela comparada da legislação de Direito portuário e marítimo dos 9 Países membros e (ii) da legislação de cada País (em permanente atualização pelos membros do Comité)

- Dar noticia de novidades de Direito portuário e marítimo dos 9 Países membros (newsletter APLOP)

- Mecanismos comuns de resposta aos riscos geopolíticos que afectam a navegação internacional

Plano de Atividades 2027

DEBATES

- Governação Portuária nos Países Lusófonos: Desafios Comuns e Modelos para o Futuro
- Bloqueios à Livre navegação e consequências nos contratos de transporte marítimo
- Port State Control e disposições sobre controle/restrição de acesso de navios aos portos
- Competência dos Tribunais Marítimos e dos Tribunais de Contas

Plano de Atividades 2027

LEGISLAÇÃO

- Propostas de regime juridico de concessões portuárias
- Propostas de regime de trabalho portuário
- Propostas de regime de operador portuário
- Propostas de regime de taxas e tarifas
- Propostas de regime de regulação portuária
- Propostas de regime de governação dos portos
- Harmonizar cláusulas de risco de guerra.
- Minuta de contratos de transporte maritimo
- Modelos de tribunais com competência sobre a atividade portuária e em relação à fiscalização prévia e sobre a natureza e competências dos Tribunais de Contas
- Mecanismos comuns de resposta aos riscos geopolíticos que afectam a navegação internacional

Razão das escolhas

Durante a Mesa Redonda dos Comités Técnicos da APLOP, realizada em Luanda, nos dias 8 e 9 de Julho de 2026, foi identificada a necessidade de promover a actualização e a harmonização dos regimes jurídicos portuários dos países membros, enquanto factor essencial para o fortalecimento da competitividade, previsibilidade regulatória e integração do espaço portuário lusófono.

Os trabalhos desenvolvidos evidenciaram que a evolução do comércio marítimo internacional, a crescente complexidade das concessões portuárias, a digitalização dos processos e os novos desafios geopolíticos exigem uma modernização contínua dos enquadramentos legais aplicáveis ao sector.

Objectivos

- Promover a convergência progressiva dos regimes jurídicos portuários dos países membros;
- Identificar e disseminar boas práticas legislativas e regulatórias;
- Facilitar os investimentos e operações portuárias transfronteiriças;
- Reforçar a segurança jurídica dos operadores económicos;
- Melhorar a competitividade e a interoperabilidade dos portos lusófonos;
- Apoiar a implementação de modelos modernos de governação portuária;
- Estimular a cooperação institucional entre as entidades reguladoras e autoridades portuárias.

Áreas Prioritárias

1. Governação Portuária

- Modelos institucionais de administração portuária;
- Separação entre funções regulatórias, operacionais e concessionárias;
- Princípios de transparência, controlo e prestação de contas.

2. Regime das Concessões Portuárias

- Procedimentos de atribuição de concessões;
- Critérios de qualificação e adjudicação;
- Prazos concessionais;
- Mecanismos de reequilíbrio económico-financeiro;
- Regimes de fiscalização e monitorização do desempenho.

3. Regulação Económica

- Tarifários portuários;
- Concorrência entre operadores;
- Regulação dos serviços portuários essenciais;
- Protecção dos utilizadores e investidores.

4. Direito Marítimo e Logístico

- Responsabilidade civil portuária;
- Segurança da navegação;
- Operações de carga e descarga;
- Transporte multimodal;
- Gestão de riscos operacionais.

5. Digitalização e Port Community Systems

- Reconhecimento jurídico de documentos electrónicos;
- Assinaturas digitais;
- Interoperabilidade de sistemas;
- Partilha transfronteiriça de dados;
- Protecção de dados e cibersegurança.

6. Sustentabilidade Ambiental

- Licenciamento ambiental portuário;
- Descarbonização;
- Gestão de resíduos;
- Cumprimento das convenções internacionais aplicáveis.

Metodologia Proposta

Fase I – Diagnóstico Jurídico Comparado

- Levantamento da legislação vigente em cada Estado membro;
- Identificação de convergências, divergências e lacunas normativas;
- Elaboração de um Relatório Comparativo APLOP.

Fase II – Definição de Princípios Comuns

- Aprovação de princípios orientadores para modernização dos regimes jurídicos portuários;
- Identificação de normas mínimas comuns.

Fase III – Elaboração de Instrumentos de Referência

- Guia de Boas Práticas Regulatórias;
- Lei Modelo de Portos da APLOP;
- Manual de Contratação e Concessões Portuárias;
- Referencial de Governação Portuária.

Fase IV – Implementação e Capacitação

- Workshops técnicos;
- Programas de formação jurídica especializada;
- Intercâmbio de especialistas;
- Assistência técnica aos Estados membros.

Benefícios Esperados

- Reduzir assimetrias regulatórias no espaço lusófono;
- Aumentar a atractividade dos investimentos portuários;
- Melhorar a integração logística regional;
- Reforçar a segurança jurídica das operações;
- Facilitar a cooperação institucional entre os membros da APLOP;
- Promover uma maior competitividade internacional dos portos de língua portuguesa.

Conclusão

A actualização e harmonização dos regimes jurídicos portuários constitui um passo estratégico para consolidar um espaço portuário lusófono mais moderno, integrado, competitivo e juridicamente previsível, alinhado com as exigências do comércio marítimo global e com os objectivos de cooperação definidos pela APLOP.

XVII | CONGRESSO DA APLOP

OBRIGADO!



APLOP
ASSOCIAÇÃO DOS PORTOS DE LÍNGUA PORTUGUESA